

A jornada de trabalho e o “Reino da Liberdade”

Victoria de Vasconcelos Gomes¹

Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Ceará, Brasil)

Cássio Adriano Braz de Aquino²

Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Ceará, Brasil)

Resenha de: Besancenot, O. & Löwy M. (2021) *A jornada de trabalho e o “reino da liberdade”*. Editora Unesp.

A obra *A jornada de trabalho e o reino da liberdade*, de autoria de Olivier Besancenot e Michael Löwy, traduzida por Luiz Antônio de Araújo, foi publicada em 2021 pela editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Olivier Besancenot já foi candidato à presidência na França e atualmente é membro do Novo Partido Anticapitalista (NPA). Já Michael Löwy é pesquisador da história do marxismo na América Latina. A obra é uma análise crítica do Livro III de *O Capital*, escrito por Karl Marx e publicado em 1894. Marx destaca, nessa obra, que a ideia que aponta para o “reino da liberdade” tem como marco a redução da jornada de trabalho.

Besancenot e Löwy tomam como principal mobilizador a análise histórica da luta dos operários pela jornada de trabalho de oito horas e como a redução do tempo de trabalho foi progressivamente obtida ao longo do século XX. Reforçando essa perspectiva, destacam que, em alguns países, as jornadas de trabalho chegaram a 35 horas semanais. Todavia, o cenário do século XXI aponta uma regressão social: o reino da liberdade perde força, dando lugar à não liberdade. O roubo do tempo, como salientado pelos autores, ganha proporções globais e a conquista da jornada de oito horas de trabalho é ameaçada. Paralelamente a isso, o desemprego e a miséria ganham cada vez mais força.

A ideia central de Marx que norteia Besancenot e Löwy seria a de que o comunismo deveria ser visto como um intento de uma sociedade que busca oportunizar a cada indivíduo o tempo livre a ser destinado não apenas ao descanso, mas às atividades educativas, lúdicas, culturais, sociais e esportivas, havendo destaque também ao ócio e à preguiça como essenciais para que possamos nos realizar para além das tarefas laborais. Os autores defendem que a busca pelo comunismo seria a luta por mais tempo livre ou, por assim dizer, o reino da liberdade. Os aspectos elencados perpassam a questão da redução da jornada de trabalho.

Destarte, em linhas gerais, o livro *Jornada de trabalho e o reino da liberdade* é uma reflexão e análise críticas sobre o pensamento de Marx e sua relação com os debates atuais acerca do tempo de trabalho. Partindo-se, pois, da ideia de Marx de que o reino da liberdade estaria ancorado na redução da jornada de trabalho, os autores nos apresentam uma crítica visionária que promove o enfrentamento da ofensiva neoliberal, que tem entre seus objetivos

¹ <https://orcid.org/0000-0002-9777-6125>

² <https://orcid.org/0000-0001-8651-1634>

umentar a jornada de trabalho, delongar a idade de aposentadoria e dissipar direitos sociais conquistados a duras penas há mais de um século.

A obra em pauta é dividida em cinco capítulos, a saber: 1) “O reino da liberdade” (Marx); 2) Marx e a luta pela redução da jornada de trabalho; 3) Um século e meio de luta pela redução da jornada de trabalho; 4) A batalha em torno do tempo de trabalho no século XXI; e 5) Isegoria (fábula). Em suma, o texto possibilita a combinação do estudo filosófico e histórico dos escritos de Marx, especificamente no que tange à história das lutas laborais, com a análise dos debates contemporâneos e uma conclusão com uma ficção futurista.

O primeiro capítulo, intitulado “O reino da liberdade (Marx)”, aborda que, no Livro III de *O Capital*, há uma passagem citada com frequência que carece de análise, uma vez que Marx trata de uma sociedade sem classes, cuja definição é a tradução do termo “*Reich der Freiheit*”, qual seja, “Reino da Liberdade”. Não houve destaque para o termo “comunismo”, mas os autores fazem a leitura de que o reino da liberdade indica uma proposta comunista. O cenário em que surge essa passagem corresponde a uma discussão sobre a produtividade no trabalho, visto que o aumento da produção permitiria não somente o aumento da riqueza produzida, mas também reduzir o tempo de trabalho: “A redução do tempo de trabalho aparece, pois, como prioritária em relação a uma extensão ilimitada da produção de bens” (Besancenot e Löwy, p. 14).

Marx distingue, assim, dois domínios da vida social: “o reino da necessidade” e o “reino da liberdade”, havendo em cada um deles uma forma de liberdade. O “reino da necessidade” leva em consideração a “esfera da produção material”, na qual o trabalhador é determinado pela necessidade social e por fins exteriores. Nesta esfera, a liberdade existe de forma limitada e a acumulação do capital é como uma ditadura totalitária que domina a vida e delibera o destino dos indivíduos. Sobre o “reino da liberdade”, estaria situado para além da esfera da produção material e do trabalho caracterizado como necessário. A planificação democrática do conjunto da economia poderá priorizar o tempo livre, possibilitando aos trabalhadores participar ativamente da política e da autogestão.

O “reino da liberdade” existiria apoiado no “reino da necessidade”, tendo em vista que a proposta não é abolir o trabalho, mas propor uma redução. Desta maneira, o “reino da liberdade” tem seu início no momento em que se encerra o trabalho necessário, sendo a redução da jornada de trabalho uma condição necessária para que se possa experimentar a verdadeira liberdade humana, a partir do tempo livre. Atualmente, o tempo livre – nos limites do capitalismo – está associado a um tempo sob domínio e controle das potências comerciais, principalmente o lazer e a função de consumo. Não obstante, a luta pela redução da jornada de trabalho representa um momento importante na luta de classes na modernidade, não deixando de conter a autoafirmação do trabalhador em diversos âmbitos da vida.

O capítulo dois, “Marx e a luta pela redução da jornada de trabalho”, apresenta historicamente a luta pela redução do tempo de trabalho. Os autores destacam que é especificamente no combate dos trabalhadores à duração da jornada de trabalho (escravidão assalariada) que é possível lançar luz sobre um futuro emancipado. Em meados do século XIX, inicia-se a luta pelo tempo livre, “com a guerra de classe que tem por objeto a duração do trabalho” (p. 14).

A análise histórica ora empreendida indica que, se comparado às condições pré-industriais, o trabalho pareceu se tornar menos atrativo e mais desagradável, mormente estando cada vez mais duradouro e penoso. Nesse contexto, Marx salienta que o conflito em torno da

regulamentação da jornada de trabalho seria uma luta com duração de séculos entre o capitalista e o trabalhador. Dentre os países que tentavam avançar na luta pela redução da jornada de trabalho, os Estados Unidos se destacam, principalmente no que tange aos trabalhadores estadunidenses e imigrantes europeus, que seguiam unidos na busca pela jornada de oito horas de trabalho.

Mesmo diante das lutas e dos combates diretos entre trabalhadores e capitalistas durante séculos, ainda que com ganhos importantes na redução da jornada de trabalho, o tempo livre dos operários é alvo daqueles que possuem os meios de produção. Atividades intelectuais, tempo para educação, cumprimento de outras funções sociais, relações com amigos e parentes e espiritualidade eram considerados dispensáveis pelo capital, sendo vistos como perda de tempo. Besancenot e Löwy afirmam que “uma vida em que cada hora de liberdade arrancada do trabalho assalariado (a serviço do capital) é uma amostra, uma promessa, um presságio” (p. 58).

O capítulo três, nomeado “Um século e meio de lutas pela redução da jornada de trabalho”, adentra o aspecto do combate pela redução do tempo de trabalho, que se inicia com os mártires de Chicago, que foram os pioneiros na luta pela jornada de oito horas de trabalho, até o século XXI. A jornada de trabalho de oito horas pode ser considerada, assim, uma reivindicação bem-sucedida dentro da sua proposta, uma vez que conseguiu unificar categorias profissionais e sociais em torno de um objetivo comum. Os trabalhadores se reconheciam em torno da luta pelas oito horas de trabalho, reunindo sindicalistas, anarquistas, socialistas e revolucionários sob o intuito da mesma luta.

Nesse capítulo, há realce para um episódio marcante na luta pelas oito horas diárias de trabalho, na data de 1º de maio de 1886, em Chicago. A conferência que ocorreu em 1884 (*Federation of Organized Trades and Labor Unions*) decretou que, a partir do dia 1º de maio de 1886, a jornada de trabalho passaria a ser de oito horas diárias. Na época em que aconteceu a conferência citada, os trabalhadores eram obrigados a trabalhar cerca de doze ou catorze horas por dia. Em Chicago, onde havia a presença expressiva de anarcossindicalistas, cerca de 40 mil operários entraram em greve em apoio à redução da jornada de trabalho. É importante salientar que a luta pela redução da jornada de trabalho não se concentrou somente nos países industrializados. Foi um movimento que alcançou nível global, avançando de formas distintas.

No capítulo quatro, sobre a “Batalha em torno do tempo de trabalho no século XXI”, os autores afirmam que, apesar dos avanços conquistados pelos trabalhadores, “essas mobilizações não conseguiram impedir até agora a pilhagem do nosso tempo” (p. 87). A corrida pelo tempo passou a ganhar mais força e intensidade desde então, pois a mais-valia é o tempo de trabalho “roubado” daqueles indivíduos que são obrigados a vender sua força de trabalho (manual e intelectual).

No último meio século percebeu-se a banalização do trabalho aos domingos e a protelação da idade legal da aposentadoria como elementos que atingem proporções globais, passando a impressão de, progressivamente, reverter-se as conquistas dos trabalhadores. Ao sair do seu posto de trabalho, o trabalhador pode levar consigo a carga da sua função e empenha-se em identificar de que maneira pode explorar a si mesmo no próximo dia. Tal questão modifica a relação do homem com seu contexto econômico e social, bem como a estimativa de tempo.

A redução do tempo de trabalho, na visão dos autores, é um meio para construir uma sociedade radicalmente distinta da que vivenciamos, sociedade esta que não nos condene a viver pressionados. Precisamos, desta maneira, dispor de tempo para refletir sobre as questões

sociais e vislumbrar “um mundo do ser e não do ter. Em suma, um universo em que a palavra solidariedade não desapareça na ampulheta do tempo” (p. 82).

O capítulo cinco, “Isegoria (Fábula)”, versa sobre a ideia utópica de um futuro emancipado, no qual as pessoas poderão gozar de tempo livre, trazendo elementos do que seria o “reino da liberdade” apontado por Marx. A fábula apresenta uma narrativa sobre um trabalhador que, ao sair do trabalho e voltar para casa, desce em uma estação de trem nova e em um tempo que não parecia ser o que vivenciava.

O homem da fábula havia acordado no ano de 2058 e se questionava em que país ou época estaria. Após encontrar uma pessoa no cais da cidade, foi-lhe explicado que a jornada de trabalho era de 22 horas semanais, que não havia mais desemprego e que o direito à preguiça era algo vivenciado por parte da população (ainda que em minoria). Os possíveis problemas que surgiam dessa configuração de trabalho eram sanados coletivamente e de forma pacífica. Nessa sociedade, a redução do tempo de trabalho permitiu que cada pessoa se expressasse.

Ao homem foi colocado que houve uma revolução e que isso fez com que a sociedade mudasse consideravelmente ao longo das últimas décadas, por meio de ações coletivas por um mundo mais justo e igualitário. “Senhor, acorde, estamos na última estação” foi a frase que o acordou de um sonho que parecia real. O homem acorda e desce na sua estação, onde nada havia mudado: pessoas apressadas e dando cotoveladas umas nas outras. No saguão da estação, deparou-se com um cartaz convocando a população para uma manifestação iminente e recebeu um panfleto de dois jovens oficializando o convite.

O livro *A jornada de trabalho e o reino da liberdade* pode ser interpretado como um chamado às ações coletivas em prol dos direitos dos trabalhadores. A utopia de um mundo mais justo, igualitário e com condições de trabalho onde é possível não sermos aprisionados pelos ponteiros dos relógios do capital, ideia semelhante ao que foi proposto por Marx quando, no Livro III de *O Capital*, afirmou que o “reino da liberdade” teria como fundamento a redução da jornada de trabalho.

Por fim, diante do novo cenário laboral, demarcado por novas formas de vínculo de trabalho e processos organizativos que tiraram a primazia de lutas ancoradas na jornada, sentimos a necessidade de, tal como sugerem Besancenot e Löwy, refletir sobre as dimensões do tempo de trabalho (concreto e subliminar), principalmente sob o prisma da intensificação das atividades e do ritmo imposto pelas demandas do capital. O mérito do livro é reintroduzir uma questão que não pode jamais sair da pauta das lutas da classe trabalhadora, a saber, a dimensão do tempo de trabalho na sua acepção de jornada laboral.

Endereço para correspondência:

victoria.psi7@gmail.com

brazdeaquino@gmail.com

Recebido em: 06/08/2022

Aprovado em: 12/08/2023

